



Jacques Funck e o uso do Clássico Iluminista no Rio de Janeiro Colonial¹

Rogério Entringer

Mestrando em História Social da Cultura – UFRJ

O projeto de cidade² na cartografia é uma obra de arte a ser decifrada. Por isso, este trabalho tem como objeto de estudo os documentos iconográficos produzidos pelo engenheiro militar Jacques Funck, um dos grandes agentes responsáveis pela ordenação de espaços e formas na cidade do Rio de Janeiro nas três últimas décadas do século XVIII.

Nos tempos de Pombal e Lavradio, incorporou-se a linguagem clássica iluminista, que por sua vez havia incorporado a linguagem clássica e o paradigma de defesa aplicado durante o humanismo da renascença, no qual os espaços e formas de defesa atrelados a urbanização deveriam ser regulares e calculados simetricamente.

Pensando o monumental, saneando e urbanizando a cidade, o plano de defesa de Funck, expresso na cartografia militar, curiosamente obedece às características da urbanização e arquitetura iluminista européia em plena ascensão.

Nosso objetivo central é investigar *os usos* que esse engenheiro militar faz do clássico iluminista em projetos de cidade para o Rio de Janeiro colonial.

Para estudar a cartografia da engenharia militar no século XVIII, partimos do pressuposto de que elas constituem um objeto da cultura material e precisam ser analisados à luz do seu contexto social de produção, circulação e consumo; historicizando fenomenologicamente esse tipo de representação visual; penetrando analogamente em sua lógica intrínseca, decodificando as convenções empregadas, desconstruindo sua linguagem, os níveis de representações e as estratégias de comunicação utilizadas por Jacques Funck.

A metodologia de *desconstrução* proposta por JACOB (1992) e enfatizada por BUENO (1999), entende que

(...) as cartas são objetos culturais, onde coexistem e justapõem diferentes códigos figurativos. Essa intertextualidade pressupõe um estudo análogo a análise morfológica e sintática de um texto. As particularidades gráficas revelam determinadas escolhas culturais, uma concepção de mundo, um estado do

¹ Este texto nasceu de um trabalho monográfico de conclusão do Curso de Especialização em História da Arte e da Arquitetura da PUC-Rio, sob as orientações do Prof. Dr. Roberto Conduru. Atualmente é resultado parcial de nossa Dissertação de Mestrado no PPGHIS – IFCS/UFRJ, sob as orientações da Profa. Dra. Maria Beatriz de Mello e Souza.

² Projeto de cidade é urbanismo. É programa de projeção contra alguma coisa. Ver ARGAN, Giulio C. *Projeto e Destino*. São Paulo, Editora Ática, 2000. pp.49.

conhecimento científico e do pensamento. Refletem ainda as convenções estéticas de seu tempo – códigos de figuração, repertório de motivos, paleta cromática partilhados com outras formas de artes gráficas (...)³

Esses desenhos, como mostra BUENO (1999)

(...) além da dimensão puramente científica, apresentam uma dimensão retórica, por tratar-se de instrumentos de poder, cuja eficácia não se reduzia à representação objetiva, prestando-se inclusive a manipulações, [...] e que o estudo da iconografia legada pelos engenheiros militares é portanto, fundamental para o conhecimento dos instrumentos de uma ação política, visando aprimorar as práticas de colonização e controle do território.⁴

e segundo MOREIRA & BUENO (2001) "...como instrumento de conhecimento e de intervenção no real, como utensílio mental e prático..."⁵.

Concordamos com MENDONÇA (1997) que:

(...) é preciso definir a cartografia como a forma de expressão, e a carta como o suporte material da imagem do espaço, que é um conceito geográfico. A cartografia define-se como representação do espaço, conceitualmente demarcada e condicionada historicamente. Pertence assim, ao campo da história social das representações do espaço.⁶

Optamos por analisar essas fontes por meio de um ponto de vista fenomenológico⁷, justamente por permitir uma aproximação construtiva com outras esferas do saber, como por exemplo, a morfologia, a iconologia, a hermenêutica, a semiótica e o método indiciário de sinais. A via mais frutuosa de interpretação teórica da história social da arte, da arquitetura e do urbanismo parece ser um método que consiga fundir esses contributivos tendo em vista uma abordagem histórica. Não basta olhar para as obras de arte de um ou outro ponto de vista, pondo-se a par dos últimos instrumentos metodológicos. O problema é mais complexo: uma crítica formal pode servir ao método iconológico, o método sociológico poder ser englobado numa visão estrutural, a essência formal pode fazer com que se reencontrem as coordenadas de uma correta ambientação sociológica, o método semiótico pode ser enquadrado no método hermenêutico via decodificação indiciária de sinais e signos, tudo na condição de reintegrar a obra de arte no seu *tempo histórico*, reencontrando os processos que a geraram e as estruturas que a condicionaram. Seja como for, diante de qualquer obra, o olhar que interroga é sempre mais fecundo do que o conceito que define. Devemos olhar uma iconografia, um monumento ou um quadro como projetos complexos, com exigências específicas muitas vezes inesperadas. É preciso partir da

³ JACOB, Christian. *L'Empire des cartes. Approche théorique de la cartographie à travers l'histoire*. Paris: Albin Michel, 1992, citação em BUENO, Beatriz P. Siqueira. A iconografia dos engenheiros militares no século XVIII: instrumento de conhecimento e controle de território. In: CADERNOS DE RESUMOS – Colóquio Internacional Universo urbanístico português – 1415-1822. Coimbra, 1999.p.108.

⁴ BUENO, Beatriz P. Siqueira. *Op. Cit.* p.91. [grifos meus]

⁵ MOREIRA, Rafael. & BUENO, Beatriz P. Siqueira. O desenho de arquitetura militar: tipologias e usos. In: ACTAS DO V COLÓQUIO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA ARTE: A Arte no mundo português nos séculos XVI, XVII e XVIII. Faro: Edit. Universidade do Algarve, 2001. p.16.

⁶ MENDONÇA, Paulo Knauss. *Imagem do Espaço, Imagem da História – A representação Espacial da Cidade do Rio de Janeiro*. Tempo: Rio de Janeiro, 1997.p.138.

⁷ A fenomenologia a que nos referimos, procede da teoria de Giulio Carlo Argan, historiador italiano da arte que, em sua teoria, concebe a arte como sendo resultado de um *fazer de todas as relações possíveis*, uma espécie de fusão interdisciplinar mesclando conceitos do formalismo da Escola da Visualidade Pura, principalmente de Konrad Friedler, que concebia a arte como sendo um fenômeno, com a Iconologia de Panofsky, e com a Fenomenologia da Percepção de Husserl, como demonstra NAVES, Rodrigo. Prefácio. In: ARGAN, Giulio Carlo. *Arte Moderna – do Iluminismo aos movimentos contemporâneos*. São Paulo, Companhia das Letras, 2003.

obra. Na contemporaneidade, a teoria é uma construção híbrida, tanto na esfera da história quanto na esfera das artes⁸.

No Brasil da segunda metade do século XVIII, a política urbanizadora e a ação urbanística adquiriram um caráter sistemático no quadro do que poderíamos chamar de um projeto iluminista. Essas diretrizes têm sido atribuídas à administração do reinado de D. José I e a ação de seu ministro, Sebastião José Carvalho de Melo, o Marquês de Pombal.

Esta ação situava-se num contexto político preciso, em que eram questões vitais a delimitação de fronteiras entre Portugal e Espanha e a afirmação do poder do Estado⁹ sobre territórios e populações até então sob o domínio temporal de ordens religiosas. Assim, para Pombal, soberania seria o constante real domínio de um espaço geográfico bem demarcado, onde a razão e a natureza devem compor forças, ou seja, a natureza deve subordinar-se a razão pelo conhecimento exato, tornando-se evidente a preocupação com critérios geométricos regulares em números significativos de planos para novas vilas e cidades.¹⁰ A eficácia dessa política pressupunha uma cartografia rigorosa capaz de produzir cartas que pudessem servir de base às negociações nos tratados e, simultaneamente, a criação de uma rede de fortificações dotada de comunicação com o centro administrativo lusitano.

⁸ Sobre a interdisciplinaridade e as complexas fronteiras teóricas entre Arte e História Social da Cultura, ver SCHORSKE, Carl. *Pensando com a história*. São Paulo, Companhia das Letras, 2000, onde esse autor defende a tese de que a história não tem campo próprio, pois o historiador pode escolher seu objeto em qualquer domínio da experiência humana preocupando-se em descrever seus objetos de estudo sob o aspecto da mudança e sob a ordenação do tempo; Segundo Braudel o historiador não sai jamais do tempo da história, o tempo cola em seu pensamento como terra a pá do jardineiro. O tempo está no coração dos seus problemas e de suas reflexões. Assim, o que interessa apaixonadamente a um historiador é o entrecruzamento dos movimentos temporais, sua interação e seus pontos de ruptura, ver BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a história*. São Paulo, Editora Perspectiva, 1987. p.71 e 73. Ver GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos Editora, 1989, segundo Geertz não existe uma teoria geral da cultura, pois cultura é o significado socialmente construído; é indispensável ver CASSIRER, Ernest. *Ensaio sobre o Homem: Introdução a uma filosofia da cultura humana*. São Paulo, Martins Fontes, 1997, CASSIRER acredita numa idéia que proporcione a interdisciplinaridade, ou seja, criar a partir de uma idéia, dar liberdade, sentido e formas as coisas; Sobre a construção interdisciplinar no conhecimento contemporâneo ver POPPER, Karl. *The Logic of Scientific Discovery*. New York: Harper & Row, 1968, FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal. 1998 e GINZBURG, Carlo. *Mitos, Emblemas e Sinais: morfologia e História*. São Paulo: Companhia das Letras. 2000. Sobre a integração da obra de arte no seu tempo e momento histórico, ver FERNIE, Eric. *A critical Anthology of History Art*, Phaidon Press, London 1995 e HASKELL, Francis. *La historia y sus imagines: el arte y la interpretation del pasado*. Madrid, Alianza Editorial, 1994. Sobre as fronteiras teóricas entre Arte e História ver ARGAN, Giulio Carlo & FAGIOLLO, Maurizio. *Guia de História da Arte*. Lisboa: Editorial Stampa, 1994 e PANOFKY, Erwin. *O significado nas artes visuais*. São Paulo, Perspectiva, 1999.

⁹ Norbert Elias concebe a cultura como sendo construção vinculada a questão da legitimação do poder de um Estado - Ver ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1999. Nessa ótica entendemos a fundação e reestruturação da malha urbana no Brasil colonial do final do XVIII como sendo fruto da legitimação de posse por parte do Estado Português, construindo e implantando uma cultura europeia no Brasil. Algarve, 2001; FERNANDES, José Manuel. Índia e sul do Brasil: Planos do urbanismo português no século XVIII. In: *Coletânea de estudos – Universo Urbanístico Português – 1415-1822*. Comissão Nacional para as Comemorações do Descobrimento Português. Lisboa, 1998; FLEXOR, Maria Helena Ochi. Cidades e vilas pombalinas no Brasil do século XVIII. In: *Coletânea de estudos – Universo Urbanístico Português – 1415-1822*. Comissão Nacional para as Comemorações do Descobrimento Português. Lisboa, 1998 e TEIXEIRA, Manuel C. Os modelos urbanos portugueses de cidade brasileira. Comunicação apresentada no Colóquio: A construção do Brasil moderno, realizado no Convento da Arrábida, Lisboa, 2000.

¹⁰ Sobre o urbanismo ilustrado pombalino é indispensável ver AZEVEDO, Paulo Ormindo de. *Urbanismo de traçado regular nos dois primeiros séculos da colonização Brasileira – origens*. In: *Coletânea de estudos – Universo Urbanístico Português – 1415-1822*. Comissão Nacional para as Comemorações do Descobrimento Português. Lisboa, 1998; CORREIA, Horta. A importância da arquitetura de programa na História do Urbanismo Português. In: *Actas do V Colóquio Luso-Brasileiro de História da Arte. A arte no mundo português nos séculos XVI, XVII e XVIII*. Portugal. Faro. Ed. Universidade do Algarve, 2001; FERNANDES, José Manuel. Índia e sul do Brasil: Planos do urbanismo português no século XVIII. In: *Coletânea de estudos – Universo Urbanístico Português – 1415-1822*. Comissão Nacional para as Comemorações do Descobrimento Português. Lisboa, 1998; FLEXOR, Maria Helena Ochi. Cidades e vilas pombalinas no Brasil do século XVIII. In: *Coletânea de estudos – Universo Urbanístico Português – 1415-1822*. Comissão Nacional para as Comemorações do Descobrimento Português. Lisboa, 1998 e TEIXEIRA, Manuel C. Os modelos urbanos portugueses de cidade brasileira. Comunicação apresentada no Colóquio: A construção do Brasil moderno, realizado no Convento da Arrábida, Lisboa, 2000.

Assim, com a crescente instabilidade no Centro-Sul da colônia, a transferência da capital de Salvador para o Rio de Janeiro, principal porto de chegada às minas, e a insegurança no sul fez o Marquês do Lavradio dedicar atenção aos problemas defensivos do Rio, e no ano de sua posse – 1769, encomendar ao oficial do Corpo de Engenheiros da cidade – o Tenente-General suíço Jacques Funck, um plano de fortificação para a região.

A área de atuação do Brigadeiro Jacques Funck foi especificamente o Rio de Janeiro e toda a região da Guanabara. Funck elaborou um plano particular para cada fortaleza, fortim ou bateria, existente nesse período entre Rio de Janeiro e Niterói, pertencentes ao Serviço de Documentação da Marinha, intitulado como *Fortificação Rio de Janeiro (cidade) – Jacques Funck – documentos diversos*, onde constam projetos individuais para os fortes São João, Lage e Santa Cruz, encerrando a entrada da barra da Guanabara, auxiliados pelos fortes do Leme e do complexo da Praia Vermelha; o forte de São Clemente na Lagoa Rodrigo de Freitas; forte do Calabouço, Arsenal do Trem, Ilha de Villegagnon, Fortaleza de São Sebastião, Ilha das Cobras e Fortaleza da Conceição, triangulando tiros defendendo a principal região urbana e a área portuária da cidade. Do outro lado, em Niterói, os fortes da Praia de Boa Viagem, Gragoatá, São Luiz e bateria da Praia de Fora triangulavam tiros visando defender a enseada de Niterói e o saco de São Francisco.¹¹

No *Plan de la ville de Rio de Janeiro avec les fortifications proposées*¹² (Figura 1) são visíveis os espaços e formas que delineiam o paradigma iluminista de urbanização. Funck racionaliza a cidade construindo reservatórios de água com traçados geométricos puros, cuja função era sanear o Rio de Janeiro por meio de canais que colhem a água do mar, tanto do saco de São Diogo, quanto da Lagoa do Boqueirão, irrigando a parte interna e externa da muralha, levando água a todos os pontos fortificados.

A lagoa do Boqueirão da Ajuda na Lapa, local onde hoje se encontra o passeio público, existiu até o final do século XVIII, e impedia a ligação da cidade com o caminho do Engenho D'El Rei, que levava a atual zona sul. No plano de Funck, a projeção da Lagoa do Boqueirão da Lapa é racionalizada visando o purismo geométrico, servindo de reservatório de água muito bem protegida pela muralha e pelo sistema de tiros cruzados dos fortes da Conceição, São Sebastião, e por projeções de fortificações semelhantes nos morros de São Diogo e Santa Tereza.

Nesse plano, Funck projeta fortalezas geométricas, com polígonos de quatro, cinco e seis lados, planeados e de traçados regulares, sem o uso da trincheira, na região do Valongo, no alto de Santa Tereza, na ponta do Calabouço, e que apareceriam no Rio somente no século XIX. Com isso, os espaços e formas das fortalezas de quatro e cinco pontas projetadas pelo engenheiro militar francês, o Marechal Vauban (1633-1707), e que influenciou profundamente na construção de pontos fortificados no Rio entre os séculos XVII e XVIII, vão sendo transformadas em traçados geométricos, com muralhas, baluartes e bocas de tiros abertos, diferenciando-se das muralhas coroadas e estelares vaubanianas com bocas de tiros fechados, aplicados em cidades francesas do século XVII, como as mediterrâneas Antibes, na fronteira com a Itália, e Bellegarde, próximo a fronteira com a Espanha nos Pirineus; as atlânticas Belle Ile e Saint Martin de Ré, e Neuf – Brisach, próximo aos Alpes, na fronteira com a Suíça e a Alemanha.

As projeções de fortes para os morros de Santa Tereza e São Diogo, também visam defender o sistema de irrigação da água e os caminhos de emergências numa possível invasão a cidade, caminhos esses que embrenhavam nas defesas naturais do sítio como, por exemplo, os sopés dos morros e beiras de rios cobertos por mata fechada: é a questão da defesa natural – o naturalmente defensável – a topografia do sítio como uma grande aliada ao fortificador, fundamental nos tempos de Vauban. No plano de Funck os morros de Santa Tereza, Santo Antônio, São Diogo e São Sebastião, formavam devido às suas localizações naturais um sistema de triangulação de tiros cruzados. O sistema era herdado das características da irregularidade de ocupação do alto sítio, não mais usado na Europa, e

¹¹ Ver *Fortificação Rio de Janeiro (cidade) – Jacques Funck – documentos diversos*. Serviço de Documentação da Marinha – Biblioteca Setor Mapoteca.

¹² FUNCK, Jacques, *Plan de la ville de Rio de Janeiro avec les fortifications proposées*. –1769. Serviço de Documentação da Marinha – Divisão de Mapoteca e Biblioteca do Rio de Janeiro.

que planeados, no Rio de Janeiro favoreceu a balística, pois quanto mais alto eram edificadas as fortalezas, mais difíceis eram de serem bombardeadas, devido tanto à questão da altura quanto do direcionamento do vento, permitindo melhorar a visão e o ângulo de tiro.

Enfatiza BICALHO (2003) que:

(...) por motivos estratégicos, os espaços urbanos criados pelos portugueses se localizavam frequentemente em colinas e próximos ao mar; outras vezes, se encontravam no sertão, às margens de um rio navegável. O objetivo dos colonizadores era criar uma cidadela protegida dos ataques externos e, ao mesmo tempo, contar com as facilidades de circulação oferecidas pelo transporte marítimos e fluviais.¹³

No plano de Funck são visíveis as projeções de pontos de fortificações cujo espaço cívico se entrelaça com o espaço concílio, característicos dos tempos de Vauban (1653 - 1707) e que aparece no Rio de Janeiro de Pombal e Lavradio de uma forma positiva e ambígua ao ideário ilustrado e enciclopédico, na qual ocorre uma ruptura entre a Igreja e o Estado.

No Rio, as igrejas e as fortalezas ainda eram os vetores que determinavam o espaço do crescimento da cidade. Onde existia um forte, existia dentro dele uma capela, se não, pelo menos uma igreja por perto. É o caso da Capela de Santa Bárbara edificada por Funck dentro das dependências da fortaleza de Santa Cruz e da Igreja de Santa Rita próxima ao morro da fortaleza da Conceição; ou ainda, a Igreja de Santa Luzia no sopé do morro de São Sebastião próxima ao forte do Calabouço, a Igreja de São Sebastião junto à fortaleza de São Sebastião, e as projeções para construção de fortes nos morros de Santo Antônio e Santa Tereza, onde já existiam edificações religiosas, cada qual com sua ordem.

Para BICALHO (2003):

(...) a geografia do espaço urbano do Rio de Janeiro traduzia em sua configuração, o primado da cruz e da espada, da Fé e do Império. Ornada por mosteiros, igrejas e fortalezas situadas nos montes que circundavam o território urbano, sua praça principal dividia-se entre a placidez de conventos, altares e coros das igrejas e capelas, e o exercício frenético das mostras e rondas militares. Ao seu redor aliavam-se, imponentes, os edifícios da Coroa, símbolos arquitetônicos da presença régia e do poder metropolitano na colônia.¹⁴

Assim, as fortalezas, baterias e redutos, junto aos conventos, mosteiros, igrejas e capelas, direcionavam a vida urbana carioca no final do XVIII. Como demonstra CONDURU (1999):

(...) as edificações religiosas marcando o compasso do cotidiano – tempo da fé – com os ritos e cerimônias devocionais; as militares determinando o ritmo da excepcionalidade – tempo da guerra – quando dos ataques e ameaças de invasão. As funções se invertiam, pois os mosteiros tinham papel determinante como fortificações temporárias nos momentos de conturbação e as fortificações auxiliavam na manutenção da ordem ao funcionarem como prisões. Imagens a paisagem, as edificações religiosas prometiam a proteção celeste enquanto as militares simulavam a paz terrena, aludindo à segurança, em seus sentidos real e virtual (...)¹⁵

¹³ BICALHO, Maria Fernanda. *A cidade e o império – o Rio de Janeiro no século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.p.166.

¹⁴ BICALHO, Maria Fernanda. *A cidade e o império – o Rio de Janeiro no século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.p.166.p.236.

¹⁵ Ver CONDURU, Roberto. Geometria bélica: cartografia e fortificação no Rio de Janeiro setecentista. In: *Cadernos de resumos – Colóquio Internacional Universo urbanístico português – 1415-1822*. Coimbra, 1999. p.123. Sobre o poder régio e o poder concílio na ordenação de espaços urbanos no Brasil colônia é indispensável ver MARX, Murillo. *Cidade no Brasil, terra de quem?* São Paulo: Nobel, 1991; e BICALHO, Maria Fernanda. *Poder régio e poder concílio na disputa pela administração do espaço urbano do Rio de Janeiro (séc. XVII e XVIII)*. In: *Cadernos de resumos – Colóquio Internacional Universo urbanístico português – 1415-1822*. Coimbra, 1999, SOARES, Mariza de Carvalho. *Devotos da cor – Identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000, BOSCHI, Caio César. *Os leigos e o poder*. São Paulo, Editora Ática, 1986.

Funck atuou no Rio de Janeiro interagindo na disputa entre o espaço militar e o espaço da igreja na ordenação das formas da cidade. Nesse período, pela primeira vez na história colonial, a educação religiosa vinha perdendo espaço para o ensino régio nas academias de engenheiros militares, tanto da Bahia, quanto do Rio. Pombal e Lavradio faziam esforços para implementar o ideal estético-filosófico ilustrado, expulsando ordens religiosas e impulsionando a razão cívica. Um exemplo é o projeto de reestruturação do morro de São Sebastião, onde a idéia era aproveitar o espaço religioso deixado pelos jesuítas para construir em suas dependências monumentos cívicos como o Hospital Militar.

Nessa época um dos principais problemas históricos era a crise dos valores religiosos agravado com a expulsão dos jesuítas. Assim, o Rio de Janeiro em 1769 estabelece uma relação positiva com os tempos de Vauban (1663 - 1707): tensões religiosas, incertezas teóricas e um soberano absolutista.

No entanto, o ideal estético moderno iluminista era dicotômico também na esfera do projeto arquitetônico. Nessa época, segundo SANTOS (1981): "predominou a tendência italianizante e o gosto do monumental, mais um anúncio ao classicismo." ¹⁶ Assim nasceu o projeto arquitetônico para a construção do Arsenal do Trem (Figura 2), que visava a monumentalização da ponta do Calabouço, na qual colunas, frontões, abóbadas, e a espacialidade que privilegia o crescimento lateral, refletem a dialética entre o linear e o pictórico, entre planos e profundidades, entre forma fechada e forma aberta, entre luz absoluta e luz relativa, e acima de tudo, entre o clássico e o anti-clássico manifestado na arquitetura, ambígua a estética ilustrada, e que introduzem no ambiente cultural da segunda metade do século XVIII no Rio de Janeiro, um pensamento em consonância com a lógica do triunfo da práxis sobre a teoria, típica da arquitetura e do urbanismo dos tempos da *maniera* européia ¹⁷

Portanto, cotejar a cidade iluminista, clássica, com uma cidade colonial, como o Rio de Janeiro seria impositivo. Segundo MATTOS (1987):

(...) de modo diverso da cidade clássica, que se distingue por ser núcleo político e mercado, sendo assim um local referido às noções de liberdade e igualdade, a cidade colonial se distingue, antes de tudo, pelas funções de porto e centro administrativo, caracterizando dessa forma, o poder do colonizador e expressando a assimetria do pacto colonial. ¹⁸

Outra ambigüidade no plano de Funck é o fechamento da cidade por meio de muralha e canais de água, prevendo um possível ataque vindo do noroeste, da região das montanhas. Nesse período a colônia lusitana vivia em seu imaginário social um grande medo de possíveis invasões espanholas da mesma forma que ocorreu com as francesas em 1710 e 1711. Vale lembrar que murar as cidades remonta ao longo dos tempos, até desaparecerem totalmente no final do Antigo Regime, quando a burguesia e o liberalismo clássico ilustrado superaram essa técnica.

Com isso, a cidade aberta, planejada, racionalizada ao extremo, de equilíbrio, simetria, de liberdade sócio-cultural, política e econômica que começa a surgir no iluminismo, implantada num Brasil marcado pela escravidão é escancaradamente contraditória. Sem contar que as projeções urbanas iluministas não eram mais patrimônio do clero e das grandes famílias, mas instrumento pelo qual uma sociedade

¹⁶ SANTOS, Paulo. *Quatro séculos de Arquitetura no Brasil*. IAB: Rio de Janeiro, 1981.p.30.

¹⁷ A Arquitetura e o urbanismo da maneira são junções entre o ideal estético clássico com o anti-clássico. Prevalece a idéia de arquitetura e urbanismo evocando o racional, o pitoresco, que estabelecem com a natureza uma relação clara e positiva, ambigualmente interlaçadas com a idéia de arquitetura e urbanismo que visava proporcionar um estado de recolhimento e reflexão, o sublime, o desejo de transcendência, estabelecendo com a natureza uma relação misteriosa e hostil: uma visão de mundo como labirinto, fruto da crise dos valores da renascença. Sobre a Estética, Arquitetura e Cidade da *Maniera*, ver ARGAN. Giulio Carlo. *Clássico anti-clássico: o Renascimento de Brunelleschi a Bruegel*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, HOCKE, G.R. *Maneirismo: o mundo como labirinto*. São Paulo, Perspectiva, 1986, SHERMAN, J. *Mannerism*. London, Penguin, 1986 e WOLFFLIN, Heinrich. *Renascença e Barroco*. São Paulo, Ed. Perspectiva, 2000. Sobre a Arquitetura Religiosa colonial é indispensável ver ALVIM, Sandra. *Arquitetura religiosa colonial no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, IPHAN/UFRJ, 1996. Vol. I e II, SANTOS, Paulo. *Quatro séculos de Arquitetura*. Op.cit, e SMITH, R. *Arquitetura Colonial*. Salvador, Progresso, 1955.

¹⁸ MATTOS, Ilmar. *O tempo Saquarema*. São Paulo: HUCITEC, 1987.p.29.

realiza seu ideal de progresso, a serviço da coletividade para projetar obras públicas ¹⁹. Com isso, no Rio de Janeiro a Igreja não tinha mais função exclusiva na ordenação de espaços urbanos, mais ainda detinha poderes e interesses interlaçados com as grandes famílias que controlavam politicamente e economicamente a colônia.

Por fim, Funck projeta fortificações em regiões próximas ao principal núcleo urbano. Assim, por necessidades práticas, num possível estado de sítio, a população estaria na mira dos tiros de canhão, característica essa que remonta a uma concepção de cidade fortaleza, pensando o espaço urbano como o espaço da guerra, fora dos paradigmas ilustrados de urbanização e fortificação moderna que isolavam o principal núcleo urbano do espaço do combate. Nas Luzes a idéia era expandir e dilatar o espaço por meio da razão plena, e não mais dilacerá-lo em forma de labirinto típico do pós-renascença.

O período de Vauban, mais conhecido como *maniera*, onde a cruz e o canhão alternavam poderes, espaços urbanos, e funções, é caracterizado como, fundamentalmente, uma busca de uma dignidade intelectual da práxis da arte, para compensar a crise da teoria, isto é, do caráter cognitivo e teórico da arte, fragmentando o espaço, o círculo construtivo das muralhas, estabelecendo com a natureza ao redor uma comunicação contínua.

Nesse ínterim, de acordo com FRAMPTON (2000), o urbanismo e a arquitetura clássica iluminista:

(...) parece ter surgido de duas evoluções diferentes, mas inter-relacionadas, que transformaram radicalmente a relação entre o homem e a natureza. A primeira foi o súbito aumento da capacidade humana de exercer controle sobre a natureza, que em meados do século XVII já começava a extrapolar as fronteiras técnicas do Renascimento. A segunda foi uma mudança fundamental na natureza da consciência humana, em resposta às grandes transformações que ocorriam na sociedade e que deram origem a uma nova formação cultural (...) ²⁰

Assim sendo, faz sentido afirmar que mesmo no plano das idéias, a tentativa de Funck de usar o clássico iluminista nos projetos de cidade apresenta em 1769, um modo de fortificação e urbanização sintonizado tanto com a lógica da práxis sobre a teoria, resultando na linguagem clássica/anticlássica característica dos tempos da *maniera*, quanto da lógica científica, racional e ilustrada, onde o urbanismo regular, simétrico e geometricamente puro apareciam completando esteticamente a monumentalização da cidade, prenunciando uma linguagem no sistema de fortificação que surgiria somente na urbe carioca do século XIX, no qual o polígono puro seria o gosto por excelência nas décadas seguintes.

¹⁹ A Arquitetura e urbanismo iluminista são um retorno ao ideal estético clássico. Não deveriam mais refletir as ambiciosas fantasias dos soberanos onde a técnica não é mais inspiração, virtuosismo e habilidade individual, mas sim um instrumento racional evocando o civismo. Não mais a vila e sim a urbes, prevalecendo como modelo a racionalização e o conceito de cidade projetada. É a poética pitoresca manifestada na arquitetura e no urbanismo, é a natureza submetida a razão plena. Sobre a Arquitetura e urbanismo iluminista, ver ARGAN, Giulio Carlo. *Arte moderna: Do iluminismo aos movimentos contemporâneos*. São Paulo, Companhia das Letras. 2000, FRAMPTON, Kenneth. *História Crítica da Arquitetura Moderna*. São Paulo, Martins Fontes, 2000, STAROBINSKI, Jean. *L'Invention de la Liberté*. Geneve, Skira, 1987, FERNIE, Eric. *Art History and its Methods*. London, Phaidon Press, 1995, e SUMMERSON, John. *A linguagem clássica da Arquitetura*. São Paulo, Martins Fontes 1994.

²⁰ FRAMPTON, Kenneth. *História Crítica da Arquitetura Moderna*. São Paulo, Martins Fontes, 2000.p.03.urbanos portugueses de cidade brasileira. Comunicação apresentada no Colóquio: A construção do Brasil moderno, realizado no Convento da Arrábida, Lisboa, 2000.

Referências iconográficas



Figura 1 - Plano da vila do Rio de Janeiro com as fortificações propostas. Fonte: Jacques Funck, 1769. Serviço de Documentação da Marinha Divisão de Mapoteca e Biblioteca do Rio de Janeiro.

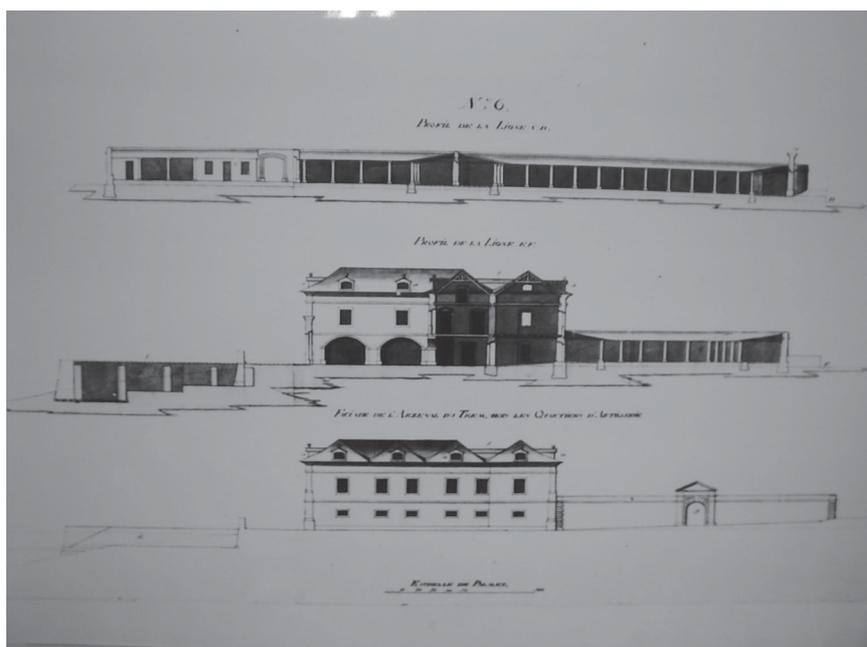


Figura 2 - Plano do Arsenal do Trem, Quartel da Artilharia. Fonte: Jacques Funck, 1769. Serviço de Documentação da Marinha – Divisão de Mapoteca e Biblioteca do Rio de Janeiro.